

Nota da Editora

Primeiro tempo

Nesses últimos meses uma discussão sobre o papel das bibliotecas eletrônicas de publicações abertas em comparação com as editoras comerciais movimentou as listas de editores de periódicos. A edição 24 da *SciELO em Perspectiva* (<http://eepurl.com/bvUvHX>) trouxe artigos e manifestos contra o texto de Jeffrey Beall que rotulou a SciELO e a RedAlyc como “publicações favela” e as editoras comerciais como “boa vizinhança das publicações”. Para Beall, uma publicação disponível sem custos aos leitores, em uma plataforma de livre acesso, tem pouco valor se praticamente ninguém a lê por estar escondida do mundo ou em uma vizinhança não amigável (como ele supõe que sejam as favelas). Em contraposição, o autor afirma que as plataformas de publicação comercial divulgam e promovem adequadamente as pesquisas que publicam e, portanto, são bons veículos de difusão, fazendo com que as obras cheguem às bibliotecas, aos professores e aos estudantes, conformando assim uma boa vizinhança de morada para uma publicação que, portanto, não está escondida do mundo. Com este raciocínio, Beall classifica a SciELO e a RedAlyc como “publicações favela”, ou seja, não são boas vizinhanças para as publicações, pois, mesmo sendo de livre acesso, a má divulgação e indexação de seus artigos não os trazem ao mundo.

Muito além dessa comparação infeliz, pois parece carregada de preconceitos não somente do autor, mas também de alguns leitores que não reagiram polidamente ao fato, as afirmações colocadas no artigo precisam ser discutidas. Em primeiro lugar, realmente a condição de ser de livre acesso pode não constituir uma vantagem se os resultados da pesquisa não alcançam a audiência requerida. No entanto, neste ponto é importante definir a audiência pretendida. Não necessariamente toda pesquisa interessa a todo mundo e isso não significa que tal pesquisa não mereça ser publicada em um bom veículo.

A SciELO e a RedAlyc, em um primeiro momento, tiveram como foco uma audiência local e regional e, mais recentemente, buscam a internacionalização. É importante destacar que a internacionalização implica, primordialmente, conseguir que as pesquisas brasileiras e latino-americanas de interesse global sejam publicadas em idioma lido internacionalmente e, neste caso, não há como negar a força do inglês. Por outro lado, a internacionalização de um periódico jamais pode ser interpretada como a garantia de espaços para publicação de autores internacionais em periódicos brasileiros. De fato, nem todo periódico deve ter a missão de ser internacional, afinal, questões locais e regionais precisam ser priorizadas em certas situações.

Relacionadas a esses aspectos, existem duas questões importantes que Beall parece desconhecer, ou pelo menos não faz uma análise. A primeira é que nem toda publicação precisa ser conhecida por “todo mundo”. Já a segunda refere-se ao fato de que a publicação em inglês de qualidade é ainda um desafio não só financeiro, pois a tradução é muito cara, mas principalmente em relação aos recursos humanos, uma vez que é difícil para o editor garantir a qualidade desse trabalho (sem entrar no mérito das dificuldades de traduções em certas áreas do conhecimento), em um mercado ainda bastante escasso e não tão bem capacitado nas várias áreas temáticas. Assim, uma maneira construtiva de lidar com este assunto seria a cooperação internacional mútua entre editores, associações e organizações interessadas no avanço do conhecimento técnico e científico. Vale aqui um parêntese para relatar um recente caso ocorrido na *Rebep*, que ilustra bem este ponto. Em seus comentários, um avaliador indicou que o artigo era de boa qualidade, mas com problemas no idioma, que parecia ter sido traduzido sem a estrutura gramatical usada em inglês, pois apresentava uma estrutura ainda “muito latina”. Diante desta crítica, os autores encaminharam o certificado de “qualidade” da tradução paga pelo projeto, que foi emitido por uma empresa de tradução credenciada e indicada pela Universidade. Seguindo as normas correntes da revista, o artigo foi enviado a um revisor com inglês nativo. Além de incontáveis correções ao longo do texto, para alguns parágrafos o revisor solicitou que fosse enviado o texto original, mesmo estando em português (este tinha conhecimentos de espanhol), pois a tradução tinha tornado os parágrafos incompreensíveis. Este fato exemplifica somente parte dos problemas que são enfrentados neste processo em construção de uso de um idioma para comunicação universal. Assim, mesmo que esteja bem divulgado ou bem indexado, um artigo de interesse global pode estar “escondido” do mundo se não for publicado em bom inglês.

Outro ponto importante a ser discutido no artigo é o contraponto feito com as editoras comerciais. Apesar de já bastante mencionada, ainda vale ressaltar que a causalidade assumida por Beall, de que as editoras comerciais divulgam bem os trabalhos e por isso estes são citados e não estão escondidos, parece apresentar erros de metodologia básica de pesquisador em início de carreira. Primeiro, para determinar a causalidade é necessário, no mínimo, conhecer a ordem dos eventos. Em segundo lugar, todo estudo de causalidade precisa estar isento de seletividade. Não é novidade para os mais leigos que as editoras comerciais, pela sua natureza econômica, associam-se a periódicos que são ou “prometem” ter artigos de alta qualidade, pois seu objetivo é vender os produtos. A defesa de editoras comerciais com os argumentos usados pelo autor é no mínimo ingênua. De fato, o “negócio” para as editoras parece ser muito rentável, já que existem equipes inteiras de profissionais altamente qualificados trabalhando por nada (ou por muito pouco), haja vista as imensas listas de autores, avaliadores, editores, coeditores, entre outros, trabalhando somente pelo interesse acadêmico-científico, sem imputar “preço de produção”.

O ponto que merece maior destaque aqui para discussão, no entanto, está no fato de que as associações e instituições acadêmico-científicas internacionais historicamente asso-

ciaram-se a editoras comerciais, pois estas tinham estrutura, gerenciamento e capilaridade global que permitiam aos editores fazerem com que suas publicações chegassem a todas as partes no mundo. Como nenhuma instituição acadêmico-científica possuía capacidade de desenvolver tal funcionalidade e competência, as editoras comerciais se tornaram aliadas contumazes dos grandes periódicos. Mas este fato se deu em um tempo em que o papel constituía o veículo principal de divulgação de pesquisas e as empresas de correios eram as responsáveis pelo transporte desse material ao redor do mundo. No entanto, o mundo mudou. A era digital chegou, avançou e está ao alcance de todos. A maioria dos artigos hoje em dia não é impressa em papel e o transporte é feito por ondas eletromagnéticas!

As editoras comerciais souberam fazer uso da tecnologia em seu benefício e tornaram o acesso mais rápido e mais barato. No entanto, não se vê necessariamente esta redução de custos repassada aos usuários finais. Aqui reside outro grande problema ignorado por Beall em sua análise. Os custos de acesso aos periódicos vinculados às editoras comerciais nos países em desenvolvimento são pagos com recursos públicos. A iniciativa do Portal Capes, um exemplo quase inédito no mundo com recursos públicos, garante que os grandes artigos internacionais não fiquem escondidos dos autores de países em desenvolvimento como o Brasil. O custo atual de um simples artigo é muito alto e deveriam ser discutidas, entre os acadêmicos de todo o mundo, as soluções para que toda publicação técnico-científica caminhasse para o livre acesso. Isso somente será possível se os grandes periódicos internacionais se aliarem à tecnologia para o seu benefício e de seus leitores da mesma maneira como se aliaram às editoras comerciais no passado. E quem sabe, com esta abertura, os recursos públicos usados para acessar esses grandes periódicos possam ser direcionados para melhorar a qualidade dos periódicos nacionais, para pagar, digamos, uma boa tradução de nossos artigos de interesse global.

Portanto, os pesquisadores sérios e interessados na divulgação adequada das pesquisas, com vistas ao progresso da ciência e da tecnologia, e não por motivos escusos e competições infrutíferas, deveriam estar preocupados em gastar seu tempo buscando formas de criar boas vizinhanças para todos os tipos de publicações.

Segundo tempo

Este número da *Rebep* traz oito artigos, um ponto de vista, duas notas técnicas e uma resenha. Começa-se por chamar a atenção das notas técnicas, pois trata-se de um tema de extrema relevância para os demógrafos, sobre a realização da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS). A primeira delas, escrita por **Tania Di Giacomo do Lago**, atual coordenadora do Grupo de Trabalho de Fecundidade e Comportamento Reprodutivo, da Abep, e uma das coordenadoras da PNDS 2006, examina se as pesquisas de base populacional, realizadas nos últimos anos no Brasil, cobrem as temáticas e alguns indicadores necessários para seguir a série das PNDS, em questões essenciais para monitorar as políticas públicas e programas na área de saúde das mulheres e das crianças.

Também são indicados temas que foram incluídos nas novas fases da DHS, indispensáveis para a estimação de vários indicadores propostos para acompanhar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nos próximos 15 anos, assim como para a confecção dos relatórios dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que se encerram este ano. A autora conclui que, apesar de vários temas terem sido incluídos em um ou outro levantamento, principalmente na Pesquisa Nacional de Saúde de 2013, produzida pelo IBGE, a realização da PNDS em 2016 é muito necessária, inclusive para responder à simples pergunta colocada no título do texto, que é saber se os 46% de nascimentos não planejados diminuíram no país após a implementação, nos últimos anos, pelo Ministério da Saúde, de programas e ações na área de planejamento reprodutivo.

Na segunda nota de pesquisa, as autoras **Raquel Zanatta Coutinho**, **Juliana Vasconcelos de Souza Barros** e **Angelita Alves de Carvalho** aceitaram a tarefa hercúlea de identificar e classificar as questões de pesquisa que vêm sendo investigadas com o uso das PNDS no Brasil, conforme acordado na reunião do GT de Fecundidade e Comportamento Reprodutivo, realizada em novembro de 2014. Para cumprir tal empreitada em curto prazo, as autoras selecionaram o tema fecundidade como foco da análise e limitaram a busca nas bases de dados SciELO, PubMed, Google Scholar e Banco de Teses e Dissertações da Capes. As autoras mostram a importância fundamental das PNDS para o entendimento da queda da fecundidade no país, bem como para apontar as idiosincrasias existentes no comportamento reprodutivo em níveis tão baixos de fecundidade e tão diferenciados entre seguimentos populacionais. Fica aqui o chamado para que outros temas possam ser investigados, no sentido de registrar a relevância da abrangência temática da PNDS, no tocante tanto a outras etapas da reprodução, quanto à saúde em geral da mulher e de suas crianças menores de cinco anos.

Retomando os artigos na ordem em que foram publicados, um primeiro conjunto aborda os temas de mobilidade da população. O primeiro, de **Carlos Lobo** e colegas, a partir da constatação de que as grandes cidades brasileiras com crescimento populacional rápido apresentam dispersão da população em suas periferias, busca comprovar a hipótese de uma reversão no sentido do fluxo da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O estudo utiliza dados dos Censos Demográficos de dois períodos consecutivos e realiza uma análise em nível municipal. Os autores mostram que a comutação urbana que costumava ser, em grande escala, dos municípios da periferia da região para o core do município de Belo Horizonte passou a incluir fluxos bastante significativos de população que comuta diariamente para trabalhar e/ou estudo desde o centro para os municípios periféricos, em especial para aqueles na região do aeroporto internacional.

Também considerando cidades mineiras, **Rodrigo Coelho de Carvalho** e **José Irineu Rangel Rigotti** analisam o impacto das migrações no crescimento da população e em sua composição por sexo e idade nas cidades médias, utilizando os Censos Demográficos desde 1980 até 2010. Os autores afirmam que, apesar de o saldo migratório ser positivo na maioria dessas cidades médias de Minas Gerais, algumas delas desmistificam a ideia que são áreas de “absorção de população”, pois, historicamente, perderam mais população

do que ganharam. Quanto à composição por sexo da população, esta praticamente não se altera com a migração, no entanto, a chegada dos imigrantes, devido à seletividade da população, com maiores contingentes de jovens, atua no sentido de diminuir o ritmo de envelhecimento dessas cidades.

Ana Carolina Soares Bertho e Tirza Aidar também abordam a mobilidade, mas de um ponto de vista bem diferente dos artigos anteriores, pois tratam da mobilidade cotidiana e dos acidentes de trânsito, com e sem vítimas fatais, que acontecem em outra grande cidade, neste caso, no Estado de São Paulo. Utilizando também dados censitários, mas em conjunto com dados de Boletins de Ocorrência de acidentes na cidade de Campinas, todos agregados em nível de áreas de ponderação, as autoras mostram a correlação existente entre o nível econômico dessas áreas e os riscos de acidentes de trânsito. Destaca-se a ocorrência de acidentes envolvendo motocicletas e com pedestres, incluindo indicadores de mobilidade disponíveis no censo, como o tempo de deslocamento diário. Os resultados indicam, entre outros, que uma menor mobilidade das pessoas que moram em áreas com maiores proporções de pessoas pouco escolarizadas e com menor renda reduz a exposição aos riscos do trânsito. No entanto, em áreas com rendimento intermediário, os riscos por acidentes crescem de maneira significativa e estão positivamente correlacionados com a proporção de pessoas que possuem motocicletas.

O quarto artigo aborda o tema mortalidade por risco associado ao sobrepeso e à obesidade. Laura Débora Acosta e Enrique Peláez analisam dados da Argentina para testar a hipótese, colocada na literatura, de que nos últimos anos tem aumentado a mortalidade por causas que podem ser atribuídas ao sobrepeso e à obesidade. Para tanto, os autores utilizam o método dependente da prevalência e os anos de esperança de vida perdidos devido a tais causas, para estimar o impacto dessas na mortalidade. Os autores afirmam que, entre 2005 e 2009, não ocorreu aumento da mortalidade por essas causas na população da Argentina, mas entre os jovens houve ampliação dos anos de esperança de vida perdidos por estas causas.

Ainda sobre o tema de mortalidade, mas entre os indígenas no século XVIII, praticamente dizimados pela epidemia de sarampo, Antonio Otaviano Vieira Junior e Roberta Sawaia Martins nos remetem ao passado, com buscas em documentos históricos, para encontrar respostas sobre a epidemia de sarampo e o processo de inserção da mão de obra escrava africana na Capitania do Grão-Pará. Os autores mostram como as disputas políticas, por um lado, para manter os indígenas escravizados, apesar da morte de mais de 16 mil por causa da epidemia, e, por outro lado, em favor do tráfico negreiro para substituição da mão de obra escrava indígena pela africana traçaram os rumos da história de ocupação da Capitania. Os autores afirmam que houve de fato uma derrota ou vitória dos dois projetos em povoações distintas da Capitania, com aumento importante na escravidão africana em algumas vilas e, em outras, baixa presença desses escravos.

O tema da pobreza é abordado por Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa, João Policarpo Rodrigues Lima e Luís Henrique Romani de Campos. Os autores utilizam o arcabouço teóri-

co da pobreza multidimensional para analisar esse fenômeno nas regiões metropolitanas do Nordeste. A novidade do artigo está em utilizar um modelo de equações estruturais, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, para tratar todas as dimensões que influenciam os níveis de pobreza de maneira conjunta. Os autores mostram que, de fato, o aumento do bem-estar está diretamente vinculado aos indicadores de renda e consumo. No entanto, por meio de modelo de segunda ordem, verifica-se que o fenômeno da pobreza está fortemente correlacionado com as dimensões consideradas: bem-estar econômico; capacidade; inclusão econômica; e inclusão por meio das condições de moradia.

Mateus de Carvalho Reis Neves, Marcos Falcão Gonçalves e João Eustáquio de Lima analisam os fatores associados à empregabilidade dos jovens do Nordeste e do Sudeste brasileiros. Utilizando dados da PNAD 2012, os autores estimam as chances de os jovens de 15 a 24 anos estarem em uma das três categorias: ativo e empregado; ativo e desempregado; e inativo. Um dos resultados importantes do trabalho é mostrar que, mesmo diante de toda evolução da participação feminina no mercado de trabalho, os jovens do sexo masculino do Nordeste ainda têm o dobro de chance de estarem trabalhando em comparação com as jovens. Os autores conjecturam que este resultado está vinculado à maternidade entre as jovens, que é maior no Nordeste, e indicam a necessidade de políticas de conciliação de trabalho e reprodução, para que as mulheres possam entrar no mercado de trabalho de maneira igualitária.

O último artigo desta edição faz uma revisão bibliográfica sobre os trabalhos que tratam dos temas de população e consumo, no âmbito da Demografia, e as posições assumidas pelos autores ao redor desses assuntos. Assim, Leonardo Freire de Mello e Douglas Sathler visitam a literatura, majoritariamente brasileira, para entender como a Demografia e as Ciências Sociais têm tratado esses temas e colocam para reflexão o que chamam de consolidação de uma área de pesquisa denominada de demografia ambiental. Os autores destacam que, na atualidade, os desequilíbrios entre consumo, ambiente e população estão no centro das discussões e que, após a superação de alguns mitos, atualmente a “explosão do consumo” passou a ser um vilão mais temido do que o “crescimento exagerado da população”.

Para encerrar, deve-se mencionar o ponto de vista bastante provocador sobre o espaço das resenhas na pesquisa acadêmica e, em particular, nos periódicos da área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia. Clovis Ultramari e Manoela Massuchetto Jazar colocam em dúvida se este fato é decorrente da falta de interesse dos leitores por esse formato de discussão acadêmica, como citado por outros autores, ou do pouco espaço dedicado a ele pelos meios de publicação. De fato, parece haver pouco interesse pelas resenhas, sejam estas informativas ou críticas, no entanto, os autores advogam para uma abertura de maior espaço e incentivo nos periódicos para este tipo de debate. Depois de sete edições da *Rebep*, contando com a presente, devo testemunhar que o espaço para debate, não somente via resenhas, aqui existe, no entanto, para cada edição foi preciso

fazer um esforço extra para conseguir ter pelo menos uma resenha para ser publicada. Adicionalmente, na maioria das vezes, a resenha crítica é mais rara do que a informativa. Finalmente, nesta edição pode-se testemunhar uma resenha crítica de um livro publicado recentemente. César Marques e Ana Carolina Soares Bertho fazem uma revisão do livro *Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?*, organizado por Ana Amélia Camarano, apontando para questões importantes do regime demográfico brasileiro, já há muito conhecido em nossa literatura, que estão ausentes no livro, entre vários outros aspectos discutidos.

Esta edição traz, portanto, uma gama enorme de temas, sugestões e provocações para o debate na área, os quais espera-se que resultem em bons frutos para as próximas edições.

Boa leitura e bom debate!

Suzana Cavenaghi
Editora *Rebep*, 2013-2016

